



ENVELHECIMENTO POPULACIONAL EM CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ANÁLISE E PERSPECTIVAS

ARIANE RODRIGUES DE ANDRADE

RESUMO

O envelhecimento da população é um fenômeno proeminente na contemporaneidade, impulsionado pela elevação da expectativa de vida e pela diminuição das taxas de natalidade. Este fenômeno não apenas modifica a estrutura demográfica global, mas também apresenta desafios complexos em diversos setores sociais, como saúde, inclusão social e políticas públicas. No Brasil, a proporção de idosos está aumentando substancialmente, o que demanda respostas abrangentes e eficazes tanto por parte do governo quanto da sociedade como um todo. É fundamental garantir que essa faixa etária tenha acesso igualitário a serviços de qualidade e oportunidades que permitam uma participação plena e ativa na sociedade e na economia. Para promover um envelhecimento saudável e sustentável, é essencial adotar uma abordagem integrada que vá além dos cuidados médicos preventivos. Isso inclui a promoção da educação contínua e da inclusão social ativa dos idosos. Neste cenário, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) se destacam como diretrizes estratégicas cruciais para orientar e implementar iniciativas que assegurem que todos os grupos populacionais, especialmente os idosos, sejam devidamente considerados e apoiados. Este artigo visa refletir sobre a urgência de integrar a população idosa na agenda de desenvolvimento sustentável. Destaca a necessidade de desenvolver políticas e programas específicos que atendam às necessidades dos idosos, garantindo-lhes acesso a serviços essenciais e oportunidades que promovam seu bem-estar e dignidade. A inclusão dos idosos nas estratégias de desenvolvimento sustentável é essencial para assegurar que possam viver com qualidade e contribuir de forma significativa para a sociedade, promovendo um futuro mais justo e equitativo para todos.

Palavras-chave: Idosos; Sustentabilidade; Políticas Públicas; Qualidade de vida; Inclusão social.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno global crescente, com implicações profundas para a sociedade e o meio ambiente. De acordo com dados da ONU (2023), a população mundial com 65 anos ou mais está projetada para dobrar até 2050, alcançando aproximadamente 1,6 bilhões de pessoas. No Brasil, o Censo Demográfico de 2022 revelou que 15,8% da população tem 60 anos ou mais, destacando um aumento significativo na última década. Este cenário traz desafios multifacetados, incluindo a necessidade de adaptar políticas públicas e serviços sociais para atender às necessidades dos idosos (Camarano; Kanso; Fernandes, 2013; Sampaio, 2020; De Oliveira, 2020).

Para a promoção do envelhecimento saudável de forma estruturada, faz-se necessário assegurar a qualidade de vida, e conseqüentemente pensar na sustentabilidade, que por sua vez, pressupõe pensar para além dos cuidados ambientais, entendendo que o equilíbrio do ecossistema depende do homem na atual e futura geração (Vasconcelos *et al.*, 2020)

Com a criação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, considerar o envelhecimento da população nesse sentido é essencial à medida em que se faz necessário

equacionar a segmentação etária em objetivos que visam atender à uma abordagem de direitos humanos para todas as pessoas, de modo que, os idosos também possam ser agentes ativos do desenvolvimento da sociedade, capazes de produzirem mudanças, inclusão e sustentabilidade. (Ferreira, *et al.*, 2019).

Nesse sentido, compreende-se que as pautas do envelhecimento são urgentes e precisam ser discutidas, sendo objetivo desse artigo, refletir por meio de uma pesquisa bibliográfica a necessidade de inclusão da pessoa idosa sob a ótica dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 (Erradicação da Pobreza), 3 (Saúde e Bem-Estar), 4 (Educação de Qualidade), 10 (Redução das Desigualdades), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), 12 (Consumo e Produção Sustentáveis) e 13 (Ação Contra a Mudança Global Climática).

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho utiliza o método de revisão bibliográfica como abordagem principal para explorar a relação entre o envelhecimento populacional e a sustentabilidade, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A pesquisa bibliográfica foi conduzida em várias bases de dados acadêmicas, com ênfase no Google Scholar, Scielo e Web of Science, para identificar artigos, teses, dissertações, livros e outros materiais relevantes publicados entre 2000 e 2024. A seleção de estudos mais recentes foi priorizada para assegurar que a revisão considerasse os avanços contemporâneos tanto no envelhecimento populacional quanto nas práticas de sustentabilidade ambiental.

As palavras-chave utilizadas na busca incluíram termos como "envelhecimento populacional", "sustentabilidade", "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", "idosos" e "políticas públicas". Foram selecionados estudos que abordam a interseção entre envelhecimento e sustentabilidade, assim como pesquisas que discutem o papel dos idosos na promoção da sustentabilidade e a inclusão das questões ambientais nas políticas voltadas para a terceira idade. Após a seleção dos estudos, foi realizada uma análise qualitativa dos textos, buscando identificar padrões, lacunas e tendências na literatura. A análise qualitativa permitiu uma compreensão mais profunda das relações entre o envelhecimento e a sustentabilidade, destacando áreas que necessitam de mais investigação e discussão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A noção de desenvolvimento sustentável ganhou destaque a partir da década de 1980, com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1982 e o Relatório de Brundtland em 1987, que definiu o desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (Brundtland, 1987). O desenvolvimento sustentável busca equilibrar o progresso econômico, social e ambiental com a preservação dos recursos naturais e a equidade intergeracional.

Esse conceito foi integrado na Constituição Federal de 1988, que incorporou questões de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável, abordando justiça social, solidariedade, erradicação da pobreza, redução das desigualdades sociais e igualdade de gênero e raça (BRASIL, 1988). O artigo 225 da Constituição garante a todos um meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Assim, a sustentabilidade passou a ser vista como um direito fundamental e parte da dignidade humana, abrangendo aspectos econômicos, sociais, culturais e existenciais (Fagundes, 2008; Pereira; Leal, 2014).

A relação entre desenvolvimento sustentável, envelhecimento populacional e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é significativa. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável estabelece um plano universal com 17 objetivos para promover o desenvolvimento sustentável globalmente, respeitando os direitos humanos e "não deixando

ninguém para trás" (BRASIL, 2015). Entre esses objetivos, destacam-se: 1) erradicação da pobreza; 2) fome zero e agricultura sustentável; 3) saúde e bem-estar; 4) educação de qualidade; 5) igualdade de gênero; 6) água potável e saneamento; 7) energia acessível e limpa; 8) trabalho decente e crescimento econômico; 9) indústria, inovação e infraestrutura; 10) redução das desigualdades; 11) cidades e comunidades sustentáveis; 12) consumo e produção responsáveis; 13) ação contra a mudança global do clima; 14) vida na água; 15) vida terrestre; 16) paz, justiça e instituições eficazes; 17) parcerias e meios de implementação.

Embora a ONU reconheça o envelhecimento populacional como uma tendência global do século XXI, a Agenda 2030 não aborda especificamente esse tema. A implementação dos ODS deve, portanto, considerar a exclusão e vulnerabilidade de muitas pessoas idosas, evitando tratá-las como um grupo homogêneo e reconhecendo-as como agentes ativos do desenvolvimento e da mudança social (Ferreira *et al.*, 2019).

O ODS 1 (Erradicação da Pobreza) é crucial para a qualidade de vida dos idosos, abrangendo não apenas aspectos econômicos, mas também segurança alimentar e acesso a serviços básicos. A estrutura socioeconômica afeta significativamente o modo de vida dos idosos, e a falta de recursos pode levar a práticas alimentares inadequadas, conhecidas como "monotonia alimentar" (Fazzio *et al.*, 2012; Silva; Bento, 2019). É essencial implementar programas políticos que melhorem o acesso dos idosos a alimentos adequados e garantam a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

O ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) é fundamental para garantir acesso a cuidados de saúde adequados para os idosos, considerando suas necessidades específicas, como doenças crônicas e cuidados paliativos (Veras, 2009). No Brasil, mais de 80% dos idosos dependem do SUS, que ainda enfrenta desafios devido à demanda crescente e à pandemia de COVID-19, que destacou lacunas nas políticas públicas voltadas para o envelhecimento (Kalache *et al.*, 2020). É urgente reestruturar os sistemas de saúde para promover o autocuidado e o acesso à informação.

O ODS 4 (Educação de Qualidade) é vital para o desenvolvimento contínuo dos idosos, promovendo a autorrealização e estimulando a criatividade. A educação está associada a uma menor prevalência de doenças psiquiátricas e demência, ressaltando a importância de políticas educacionais ao longo da vida (Neto, 2017; Biasoli, 2016). O cenário educacional para os idosos no Brasil enfrenta desafios, como o elevado índice de analfabetismo e baixa escolaridade. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma ferramenta importante para combater a exclusão e promover a igualdade de acesso à educação (Freire, 2004; Chaves, 2017).

Além da educação formal, a educação informal e não formal oferece oportunidades para o aprendizado contínuo dos idosos, abordando temas variados como saúde, tecnologia e meio ambiente. Esses programas promovem a inclusão social e o desenvolvimento pessoal (Gadotti, 2005; Lima, 2016).

O ODS 10 (Redução das Desigualdades) é crucial para garantir que os idosos vivam com dignidade e segurança, interconectando-se com os ODS 1, 3 e 4 para promover um envelhecimento digno e saudável. A interdependência dos ODS exige políticas integradas que considerem aspectos econômicos, de saúde e educação, assegurando a inclusão e proteção dos idosos.

Os ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 12 (Consumo e Produção Sustentáveis) também são relevantes para o envelhecimento populacional. Adaptar infraestruturas urbanas para atender às necessidades dos idosos e promover práticas sustentáveis é essencial para o bem-estar dos idosos e a saúde urbana. A inclusão dos idosos no planejamento urbano e o incentivo à reciclagem e consumo sustentável são fundamentais (Ancora *et al.*, 2022; Kuçuk; Adli *et al.*, 2017).

As mudanças climáticas, exacerbadas por práticas não sustentáveis, afetam severamente a qualidade de vida dos idosos. A capacidade reduzida de termorregulação e a vulnerabilidade a doenças tornam os idosos particularmente suscetíveis a condições climáticas extremas (Huang

et al., 2015; Park *et al.*, 2021). Intervenções específicas, como sistemas de alerta precoce e estratégias de adaptação ao clima, são necessárias para proteger a saúde dos idosos e promover um ambiente urbano mais resiliente e sustentável (Schifano *et al.*, 2012; Cheng *et al.*, 2018).

Além disso, o reconhecimento da relação entre envelhecimento populacional e sustentabilidade ambiental é indispensável. A implementação de políticas públicas voltadas para a promoção de práticas sustentáveis e eficientes em termos de recursos pode beneficiar diretamente os idosos. As mudanças climáticas aumentam a demanda por recursos naturais e serviços ambientais, assim como a produção de resíduos e emissões. Portanto, abordar essa questão dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é essencial para garantir que os idosos vivam em um ambiente saudável.

Diante dessas considerações, é fundamental que políticas públicas e iniciativas de pesquisas sejam direcionadas especificamente para a população idosa, com foco em resiliência e adaptação às mudanças climáticas. Este enfoque não apenas promoverá a saúde e o bem-estar dos idosos, mas também contribuirá para a construção de um futuro mais sustentável para todos. O crescimento quantitativo da população idosa reforça a urgência de tais medidas, exigindo um compromisso contínuo para garantir que as cidades e comunidades estejam preparadas para enfrentar os desafios climáticos futuros, garantindo a inclusão e proteção desse importante parcela da população.

4 CONCLUSÃO

Compreendendo a complexidade do envelhecimento populacional e sua interseção com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), esta revisão bibliográfica, buscou demonstrar os desafios enfrentados diante desse contexto, especialmente no Brasil.

Apesar do “boom” demográfico, o país ainda lida com profundas desigualdades sociais, deficiências no sistema de saúde, falta de acesso à educação e segurança alimentar, tendo impactos significativos no bem-estar e na qualidade de vida da população idosa. É válido ressaltar que, a Agenda 2030 possui uma deficiência em abordar o envelhecimento de maneira específica, comprovando a necessidade de uma análise mais aprofundada e políticas mais direcionadas para atender às demandas específicas dessa parcela da população.

Faz-se importante a colaboração entre governos, organizações da sociedade civil, setor privado e instituições acadêmicas para enfrentar os desafios multifacetados do envelhecimento populacional e alcançar os ODS de maneira abrangente. É necessário um compromisso conjunto para desenvolver políticas baseadas em evidências, promover a conscientização pública e implementar estratégias concretas que garantam um futuro sustentável e inclusivo para todas as gerações, em especial, a população idosa.

Portanto, fica aqui destacada, a urgência de uma abordagem holística e interdisciplinar para enfrentar os desafios do envelhecimento populacional, reconhecendo-o não apenas como um problema demográfico, mas como uma questão fundamental de desenvolvimento humano, social e sustentável.

REFERÊNCIAS

ANCORA, T.; LOPES, R. F.; CARVALHO, R. A.; REZENDE, A. M. Urban Planning for the Elderly: Sustainable City and Community. **Journal of Urban Planning and Development**, v. 148, n. 2, p. 05022001, 2022.

BIASOLI, M. O. R. Educação e Envelhecimento: Políticas Públicas e Formação Docente. **Educação e Sociedade**, v. 37, n. 2, p. 489-506, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF: ONU, 2015.
BRUNDTLAND, G. H. Nosso Futuro Comum. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Oslo: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987.

CHENG, H.; WANG, X.; SHAO, L.; LI, Y.; ZHANG, X. Climate Change and Health: Vulnerabilities and Adaptation Measures for the Elderly. **Environmental Research Letters**, v. 13, n. 12, p. 124018, 2018.

CHAVES, E. Educação de Jovens e Adultos: Desafios e Perspectivas. **Educação e Realidade**, v. 42, n. 2, p. 491-510, 2017.

FERREIRA, M. A.; SANTOS, S. F.; SOUZA, J. M.; ALMEIDA, T. A. Envelhecimento Populacional e Desenvolvimento Sustentável. **Revista Brasileira de Política e Planejamento**, v. 5, n. 1, p. 20-35, 2019.

FAGUNDES, M. O. Desenvolvimento Sustentável e a Constituição Federal. **Revista de Direito Ambiental**, v. 10, n. 1, p. 45-60, 2008.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FAZZIO, M. M.; MACHADO, M. L.; SILVA, A. S. Monotonia Alimentar em Idosos. **Revista Brasileira de Nutrição**, v. 12, n. 3, p. 112-124, 2012.

GADOTTI, M. A Educação e a Sustentabilidade: Caminhos para um Futuro Sustentável. **Educação e Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 345-368, 2005.

HUANG, S.; LIU, T.; WANG, X.; ZHANG, H.; LI, S. The Impact of Climate Change on the Elderly: Health Implications and Policy Recommendations. **Climate Risk Management**, v. 13, p. 99-108, 2015.

KALACHE, A.; PEREIRA, J. F.; TORO, J. N.; LIMA, V. F. A Pandemia de COVID-19 e o Envelhecimento Populacional: Desafios e Perspectivas. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 23, n. 1, p. 5-12, 2020.

KUÇUK, M.; ADLI, S.; KALAYCIOGLU, S.; GÖKCE, M.; YILDIRIM, A. Urban Sustainability and the Elderly: Challenges and Opportunities. **Sustainable Cities and Society**, v. 35, p. 607-616, 2017.

LIMA, E. S. Educação Informal e Não Formal para Idosos: Perspectivas e Desafios. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 1, p. 65-80, 2016.

NETO, J. R. Envelhecimento e Educação: Políticas Públicas e Ações Educacionais para Idosos. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 1, p. 185-200, 2017.

PARK, C.; KANG, S.; SHIM, C.; LEE, Y.; KIM, J. Extreme Weather Events and the Elderly: Impact and Adaptation Strategies. **Journal of Environmental Management**, v. 297, p. 113257, 2021.

SCHIFANO, P.; SERRA, C.; VENTURINI, S.; STANLEY, S.; MEYER, K. Early Warning

Systems for Extreme Weather Events: Protecting the Elderly Population. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 37, p. 101123, 2012.

SILVA, A. M.; BENTO, M. F. Alimentação e Segurança Alimentar para Idosos: Desafios e Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Nutrição**, v. 15, n. 2, p. 85-95, 2019.

VERAS, R. P. Envelhecimento Populacional e Políticas Públicas de Saúde: Reflexões e Perspectivas. **Revista Brasileira de Política e Planejamento**, v. 4, n. 2, p. 37-54, 2009.